

A Noção de Discurso em Modelos Teóricos

Edson Rosa Francisco de SOUZA ¹
(IEL-UNICAMP / Universiteit van Amsterdam – UvA)

Resumo: O objetivo do artigo é discutir a noção de discurso empregada em alguns modelos teóricos de base funcionalista que, em vários contextos, é confundida com a noção de discurso empregada em manuais acadêmicos da Análise do Discurso. Tal necessidade se justifica, no atual momento, em razão do desenvolvimento da nova versão da Gramática Funcional de Simon Dik, orientada para o discurso, conhecida como *Gramática Discursivo-Funcional*, que vem sendo desenvolvida por Kees Hengeveld (Universiteit van Amsterdam, Holanda) e Lachlan Mackenzie (ILTEC-Lisboa, Portugal).

Palavras-chave: funcionalismo; discurso; gramática discursivo-funcional; gramaticalização; discursivização.

Abstract: The aim of this paper is to discuss the notion of “discourse” employed in some Functionalist theoretical models which causes confusions with the discourse notion employed in academic manuals of the Discourse Analysis. Nowadays, such necessity is justified by the recent development of the Dik’s Functional Grammar, known as “Functional Discourse Grammar” (oriented to the discourse), which has been developed by Kees Hengeveld (Universiteit van Amsterdam, Holland) and Lachlan Mackenzie (ILTEC-Lisbon, Portugal).

¹ As idéias discutidas nesse artigo fazem parte da minha pesquisa de doutorado “Multifuncionalidade e níveis de análise: o papel dos advérbios de tempo, lugar e modo na organização do discurso”, que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Linguística do IEL/UNICAMP, sob a orientação da Profa Dra Ingedore Villaça Koch. De 2005 a setembro de 2007, a pesquisa contou com o apoio financeiro da FAPESP (Proc. 04/10894-0), Brasil. Em razão das atividades do meu doutorado sanduíche, de outubro de 2007 até o presente momento, minha pesquisa tem sido desenvolvida na Universiteit van Amsterdam, sob a orientação do Prof Dr Kees Hengeveld, com o apoio financeiro do Programa Alban (Portugal), Programa de bolsas de Alto Nível da União Européia para América Latina (bolsa nº E07D401109BR). E-mail: edsrosa@yahoo.com.br.

Keywords: functionalism; discourse; functional discourse grammar; grammaticalization; discursivization.

Palavras iniciais

Com publicação prevista para agosto de 2008, pela Oxford University Press, o próximo livro de Kees Hengeveld & Lachlan Mackenzie, intitulado *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*, traz a nova versão da Gramática Funcional (GF) de Simon Dik, mais conhecida entre os pesquisadores funcionalistas como a Gramática Discursivo-Funcional (GDF), que, segundo os próprios autores, é a sucessora do modelo de GF de Dik.

No entanto, por ser um modelo teórico ainda muito pouco conhecido no Brasil e em outros países da América do Sul, a GDF, que é orientada para o discurso, coloca em discussão uma questão que é de grande relevância para os pesquisadores da área de Lingüística em geral, a saber: a noção de discurso. Tal questão surge como importante pelo fato de a GDF não ser uma gramática do discurso, mas sim um modelo de gramática funcionalista que busca analisar o impacto do discurso (uma unidade maior de análise) nas configurações sintáticas da gramática de uma língua. Trata-se de uma perspectiva teórica que muito se aproxima da concepção de linguagem adotada por Traugott (1989) e Traugott & König (1991), que consideram o discurso como um componente da gramática. Nesse sentido, a GDF² se preocupa apenas com as informações de ordem discursiva que “literalmente” são codificadas na gramática de uma língua e que, por sua vez, são relevantes em termos de estrutura morfossintática. Olhando por esse prisma, observa-se, portanto, que a GDF caminha em sentido diferente

² Em Gasparini-Bastos (2004), Penhavel (2005) e Souza (2005), a tradução de *Functional Discourse Grammar* adotada inicialmente para o português foi “Gramática Funcional do Discurso”, no entanto, em razão de algumas discussões dos próprios mentores da teoria em congressos dentro e fora do Brasil, chegou-se à conclusão de que a melhor tradução, até mesmo por conta da natureza das proposições do modelo teórico, seria “Gramática Discursivo-Funcional”, uma vez que o que se analisa de fato é a gramática da língua que sofre influência do discurso, e não o discurso como um todo.

ao dos modelos de Análise do Discurso (linha francesa), que tendem a priorizar as formações discursivas, o caráter ideológico e a historicidade da língua.

Embora reconheçam as várias facetas da linguagem, os autores da GDF (Hengeveld & Mackenzie) preferem focar as estruturas gramaticais das línguas, fato que explica a base tipológica que fundamenta os conceitos teóricos do modelo atual. Essa preocupação, já apresentada pelo próprio Simon Dik no capítulo 18 do segundo volume da Teoria de Gramática Funcional (1997), ganhou mais força principalmente após a publicação de estudos que mostravam a limitação do modelo padrão da GF (com ênfase na gramática da oração) para analisar fenômenos lingüísticos que ocorrem entre duas ou mais orações. Ao que parece até o presente momento, o novo modelo da GF – publicada em artigos esparsos em revistas e livros organizados pelos autores e pesquisadores de outras instituições³ – tem se mostrado eficiente na análise de fenômenos lingüísticos situados nos níveis representacional (semântico) e interpessoal (pragmático) da linguagem. O mérito talvez fique por conta do modo como a GDF é organizada em níveis (quais sejam: interpessoal, representacional, morfossintático e expressão),⁴ com diferentes camadas dentro de cada um desses níveis de organização da língua.

Como se pode notar, o interesse desse artigo é discutir a noção de discurso empregada em alguns modelos teóricos, que buscam descrever os usos da linguagem em contextos reais de produção. Para

³ Para maiores informações, conferir, por exemplo, as seguintes obras: Velasco, Daniel & Rijkhoff, Jan (Orgs). *The Noun Phrase in Functional Discourse Grammar*. In: Trends in Linguistics. Berlin: Mouton De Gruyter, 2008. Hattnher, Marize & Hengeveld, Kees (Orgs). *Advances in Functional Discourse Grammar*. In: Alfa – Revista de Lingüística 51.2, 2007.

⁴ Na GDF, a representação subjacente de um enunciado deve conter quatro níveis de organização: o nível interpessoal (pragmático), o representacional (semântico), o estrutural (morfossintático) e o fonológico (expressão). Todos eles têm uma natureza puramente lingüística, o que se aplica também aos níveis interpessoal e representacional: esses níveis descrevem a linguagem em relação a suas funções, mas somente na medida em que tais funções são codificadas na gramática de uma língua. Assim, o nível interpessoal representa uma unidade lingüística em termos de sua função comunicativa e o nível representacional, em termos de seu estatuto ontológico.

tanto, o artigo encontra-se estruturado em cinco partes. A primeira seção traz uma breve introdução do assunto; a seção 2 apresenta uma discussão do discurso como um componente da gramática; a seção 3, por sua vez, traz um breve apanhado de alguns modelos teóricos, que empregam a noção de discurso; já a seção 4 apresenta algumas características da GF e o modo como o discurso é considerado pela GDF. Por fim, a última seção encerra-se com as considerações finais.

1 O discurso como parte da gramática

Atualmente, quando se fala em discurso, várias aplicações aparecem nos campos da Lingüística. Uma rápida pesquisa, por exemplo, nos manuais de Lingüística nos permite verificar que o termo “Discurso” é empregado em diferentes contextos e com diferentes acepções, chegando, inclusive, a ser consideradas, em determinados momentos, como sendo incompatíveis em razão de suas particularidades.

Muitas vezes, em razão do deslocamento epistemológico da noção de discurso adotada em alguns modelos teóricos, como a Análise do Discurso (MAINGUENEAU, 1988), a Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1994), a Análise da Conversação (MARCUSCHI, 1986; CASTILHO, 1998; URBANO, 1994), a Lingüística Textual (KOCH, 1989, 1998, 2004) e o Funcionalismo (GIVÓN, 1995; DIK, 1989; HENGEVELD, 2004; HENGEVELD; MACKENZIE, 2006),⁵ faz-se uma confusão desnecessária de conceitos teóricos operacionais, já que, a depender da concepção de linguagem e dos objetivos de cada modelo teórico, é natural que o discurso seja concebido de forma distinta. Isso aponta para o fato de que não podemos comparar a noção de discurso empregada no Funcionalismo (mais especificamente na Gramática Funcional de Dik) com a noção de discurso empregada na Análise do Discurso de linha francesa. É óbvio que as definições teóricas desses dois modelos são incompatíveis, pois os objetivos científicos de ambos são distintos. Das correntes teóricas que mencionamos acima, as que mais se aproximam, até por conta da concepção de linguagem adotada, são a Análise da

⁵ Por questão de espaço, apenas alguns modelos serão discutidos.

Conversação, a Lingüística Textual ⁶ e o Funcionalismo, justamente porque trabalham, antes de tudo, com a língua em uso.

Assim, como afirma Penhavel (2005), concordo que a “discussão sobre a natureza e a estrutura do discurso envolve uma série muito ampla de aspectos, tanto lingüísticos quanto extralingüísticos”. No entanto, um modelo teórico, seja ele de orientação funcionalista ou não, tem de ser capaz de explicar, na medida do possível, tanto os fenômenos gramaticais quanto os fenômenos discursivos de línguas distintas dentro de um mesmo arcabouço teórico. Essa tarefa é, sem dúvida, um tanto complicada, haja vista a variedade de abordagens teóricas no atual estágio da Lingüística tentando se especializar para poder dar conta de todos os seus objetos de estudo.

Por isso, não é à toa que o discurso tem sido o motivo de várias críticas nas teorias lingüísticas. Para Martelotta et al. (1996), que trabalham com a proposta de Discursivização (DC) de itens lingüísticos que assumem funções discursivas no decorrer do tempo (como os marcadores discursivos), o discurso não é visto como parte da gramática da língua, fato que é bastante criticado por aqueles lingüistas que entendem o fenômeno de mudança lingüística como um *continuum* de gramaticalização (TRAUGOTT, 1989; TRAUGOTT; KÖNIG,

⁶ As reflexões recentes da Lingüística Textual estão basicamente ancoradas no deslocamento conceitual da noção de referência para noção de referenciação. Em linhas gerais, o que se depreende do referido deslocamento epistemológico é que os elementos lingüísticos não constituem uma representação de coisas/objetos do mundo real, mas sim elementos lingüísticos que atuam na construção e na reconstrução dos objetos de que se fala durante a atividade discursiva (objetos de discurso), momento em que diversas estratégias são acionadas pelos sujeitos para representar os estado-de-coisas veiculados no/pelo texto. Em outras palavras, são objetos que passam a existir no caminhar da *negociação* do sentido que se estabelece entre os sujeitos (atores sociais) em dada interação. Trata-se de uma posição teórica que se encontra apoiada em Koch (1999), Marcuschi e Koch (1998) e Koch (2004), o que implica, segundo os autores, uma visão não-referencial da língua e da linguagem. Segundo Koch (2004), “a discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem não consiste em simples processo de elaboração de informações, mas em processo de (re)construção do próprio real. Sempre que usamos uma forma simbólica, manipulamos a própria percepção da realidade de maneira significativa” (KOCH, 2004, p. 60).

1991; LONGHIN-THOMAZI, 2006), do qual o discurso é parte integrante. Essa concepção de linguagem é, por sinal, a posição assumida pela GDF, que vem sendo desenvolvida por Kees Hengeveld e Lachlan Mackenzie. Nesse contexto, os autores assinalam que a preocupação principal da GDF é investigar a influência do discurso na gramática de línguas naturais; não é, portanto, uma gramática do discurso.

Exemplos de elementos lingüísticos, de origem lexical, que podem exercer tanto funções gramaticais quanto funções discursivas são os advérbios de tempo, lugar e modo (como *já*, *aí* e *assim*). Segundo Ilari et al. (1990), a classe dos advérbios no Português Brasileiro é extremamente heterogênea, com funções que variam de dêiticos a marcadores discursivos. E é exatamente nesse ponto que muitas das críticas sobre Gramaticalização (GR) e DC estão ancoradas. Na verdade, o grande dilema enfrentado por estudiosos das duas frentes teóricas é com relação ao estatuto do discurso em um processo de mudança lingüística. A pergunta que geralmente se faz, nos vários estudos sobre o tema, é se, de fato, a DC dos itens lingüísticos constitui um processo de mudança à parte, ou se simplesmente é uma continuidade de um processo de GR implementado por esses itens lingüísticos.

A interação entre as dimensões sintática (das funções sintáticas de sujeito e objeto – nível morfossintático, por exemplo), semântica (das funções semânticas – nível representacional), pragmática (das funções pragmáticas – nível interpessoal) e discursiva (das funções retóricas, propostas por Hengeveld & Mackenzie, no prelo) é o que define o arcabouço teórico da GDF, cujo discurso é parte integrante da gramática. Em sua atual versão, a GDF é capaz de oferecer descrições consistentes de questões que lidam com a segmentação de cadeias anafóricas e catafóricas, que contribuem para a organização tópica do texto escrito e falado, além de oferecer explicações mais especificadas da natureza semântico-pragmática dos diferentes tipos de unidades lingüísticas articulados por diversos mecanismos relacionais da língua.⁷ Assim, a GDF busca descrever tanto unidades menores que a oração (sintagmas nominais, holófrases, vocativos, etc), quanto unidades maiores, que incluem a oração, mas que extrapolam os seus limites, como os parágrafos, episódios discursivos e porções de textos

⁷ Exemplos de elementos relacionais nas línguas naturais são, por exemplo, as conjunções (conectivos) e os marcadores discursivos.

maiores, esses últimos, geralmente, articulados por marcadores discursivos de função nitidamente interpessoal (que cumprem funções apenas interacionais).

Na GDF, os marcadores discursivos, por serem considerados elementos mais gramaticalizados, pertencentes, portanto, ao nível do discurso, cumprem apenas funções comunicativas, situadas somente no Nível Interpessoal da linguagem, podendo atuar, por exemplo, como introdutores de moves ⁸ (unidades lingüísticas com funções retóricas de iniciação, reação e avaliação) ou introdutores de atos discursivos ⁹ (unidades menores que constituem um move, cujas funções retóricas podem ser: correção, concessão, especificação, entre outras). Tal distinção feita na GDF é importante pelo fato de muitos estudos sobre marcadores discursivos realizados na Lingüística Textual proporem a existência tanto de funções textuais quanto de funções interacionais para os elementos que atuam no discurso.

No entanto, para a GDF, os elementos que exercem funções textuais, como os articuladores e conjunções, atuam apenas no Nível Representacional da linguagem, ora introduzindo eventos (estado-de-coisas) ora introduzindo episódios (constituído por um ou mais eventos). Por essa razão, se os marcadores discursivos são elementos mais gramaticalizados que conjunções (que atuam no Nível

⁸ O Move é o veículo usado na expressão da intenção comunicativa do falante, que pode ser: um convite, uma informação, um interrogatório, uma ameaça, um alerta, uma recomendação e assim por diante.

⁹ Certamente, uma das outras grandes inovações de GDF é o uso de Atos discursivos como unidade básica de análise. Com essa decisão, Hengeveld & Mackenzie conseguiram resolver vários problemas instaurados na Gramática Funcional de Dik, como a divisão da sentença em constituintes oracionais e extra-oracionais. O Move pode apresentar somente um Ato (como em: *Eu comi um bolo*), ou, então, apresentar dois ou mais atos discursivos que, por sua vez, podem ser dependentes ou independentes em termos de relação. Os exemplos (a) e (b) constituem casos de Move com dois Atos, nos quais um deles é subordinado a um outro Ato, que é o Ato Nuclear do Move.

a) A Maria (A₁), ela esteve aqui (A₂).

$$(\Pi M_1: [(\Pi A_1: [\dots] (A_1))_{\text{Orientação}} > (\Pi A_2: [\dots] (A_2))_{\text{Núcleo}}] (M_1))_{\text{O}}$$

b) Ela esteve aqui (A₁), a Maria (A₂).

$$(\Pi M_1: [(\Pi A_1: [\dots] (A_1))_{\text{Núcleo}} < (\Pi A_2: [\dots] (A_2))_{\text{Correção}}] (M_1))_{\text{O}}$$

Representacional), é de se esperar que esses marcadores exerçam apenas funções interacionais no Nível Interpessoal. Em outras palavras, para GDF, é inaceitável que um elemento expresse duas funções distintas em dois níveis diferentes ao mesmo tempo. Assim, um elemento lingüístico ou é definido como marcador discursivo, atuando no Nível Interpessoal, ou é definido como articulador, conjunção ou advérbio relacional, atuando no Nível Representacional.

Nesse sentido, a GDF parece sistematizar com mais clareza o impasse presente entre muitos estudiosos da área:

	Schiffrin	Fraser	Rouchota	Taboada
Funções textuais	+	+	-	+
Funções interacionais	-/+	-/+	+	-

Quadro 1 – Abordagens e traços definidores dos marcadores discursivos

No tocante aos elementos relacionais, nota-se, no quadro 1, que parece não haver um acordo entre os autores com relação aos traços definidores que compõem a classe dos marcadores.

Em vista do exposto, apresentamos na próxima seção uma discussão sobre os modelos de discurso de Halliday & Hasan (1976), Schiffrin (1987) e Hengeveld & Mackenzie (2006, 2008), juntamente com as respectivas definições e questões teóricas que embasam os modelos. Tal medida busca esclarecer alguns conceitos teóricos, em especial o lugar do discurso nesses modelos, de modo a contribuir, ainda que de maneira muito modesta, para a devida compreensão da GDF.

3 Modelos de discurso e concepções de linguagem

Um modelo de discurso muito utilizado na análise de questões textuais e discursivas, nas décadas de 70 e 80, é o modelo funcional de Halliday (1977, 1985) e Halliday & Hasan (1976), que postulam a existência dos componentes ideacional, interpessoal e textual

do sistema lingüístico. Segundo Halliday (1977), é na língua das crianças muito pequenas que podemos observar mais claramente as origens funcionais do sistema lingüístico. Já, na fase adulta, conforme o autor, a observação das funções da linguagem não é tão clara, uma vez que os enunciados tornam-se funcionalmente mais complexos, servindo, em geral, a mais de uma função. No decorrer do desenvolvimento da criança, ocorre o que Halliday denomina *redução funcional*, que consiste na substituição das funções originais da língua infantil por um sistema funcional altamente codificado, com um número muito grande de usos, organizados conforme as funções *ideacional*, *textual* e *interpessoal*.

Halliday defende uma concepção funcional da organização da linguagem e, em toda sua obra, procura demonstrar como o uso da língua determina sua estrutura: “a língua é como é por causa daquilo que ela tem de fazer” (1978, p. 143). O interesse do autor, portanto, recai sobre o modo como as pessoas usam a língua e como a língua varia de acordo com o uso que dela se faz nos diferentes contextos. Os três componentes funcionais citados são concebidos como os reflexos lingüísticos altamente abstratos da multiplicidade de usos sociais da língua, que tomam a forma de uma gramática.

A macro-função **ideacional**, como Halliday explica, está presente em todos os usos que o adulto faz da língua. Ela diz respeito mais propriamente ao conteúdo do que é dito, ou seja, à interpretação e expressão de nossa experiência acerca dos processos do mundo exterior, incluindo nossos processos mentais, materiais e abstratos de todos os tipos. Do ponto de vista ideacional, a sentença é entendida como um processo. A macro-função **interpessoal**, por sua vez, permite que o falante participe da situação de fala, usando a linguagem para aprovar, desaprovar, expressar crença, opinião, dúvida; para se incluir ou se excluir de um grupo social; para perguntar e responder; para expressar sentimentos pessoais; para ganhar intimidade; para cumprimentar, despedir-se. Desse ponto de vista, a sentença é um ato de fala. Já a macro-função **textual** é aquela que habilita o falante a criar um texto. Nesse caso, a sentença é entendida como uma mensagem (HALLIDAY; HASAN, 1976).

Os componentes ideacional e interpessoal determinam a maior parte do potencial de significado que é incorporado na gramática de cada língua. Halliday (1976, p. 160) afirma que “simultaneamente comunicamos e interagimos via linguagem; e, como condição necessária

de ambos os casos, criamos e reconhecemos o discurso”. Os procedimentos discursivos de formação do texto, seja no nível discursivo seja no nível sentencial, passam tanto pela organização ideacional quanto pela organização interpessoal, o que origina as noções de componente **textual externo** e **textual interno**, respectivamente.¹⁰ Em outras palavras, os mecanismos de processamento textual se ligam à organização ideacional e interpessoal, projetando-a na estruturação discursiva. Os mecanismos de coesão textual, como os conectivos, constituem um bom exemplo (PENHAVEL, 2005) dessa relação entre as macro-funções de Halliday. Os mecanismos de coesão são itens superficiais que atuam no encadeamento textual do discurso, mas refletem relações semânticas (ideacionais) subjacentes entre unidades discursivas.

Halliday & Hasan (1976)¹¹ apontam uma série de subcategorias para cada um dos quatro tipos de relações conjuntivas e para os elementos continuativos (que marcam diferentes relações semânticas possíveis de serem estabelecidas entre orações de um texto). Para cada subcategoria de relação, os autores apresentam alguns termos capazes de expressá-las. Por exemplo, em inglês, as relações causais são expressas por *thus*, *therefore*, *consequence* e apresentam subtipos como causais específicas (razão, resultado e propósito), causal condicional, causal delimitadora de assunto.¹²

Halliday (1978) destaca ainda que o componente ideacional envolve o sistema de transitividade, o interpessoal inclui a determinação de modo e modalidade, e o componente textual lida com o fluxo informacional (tema/rema, dado/novo) e com a coesão textual. Esses aspectos de organização da língua, que ocorrem tanto no nível da sentença quanto no nível do discurso, são processados simultaneamente

¹⁰ Halliday e Hasan (1976) usam os seguintes exemplos para demonstrar essas duas noções:

- a) *Next he inserted the key into the lock.* (relação entre eventos)
- b) *Next, he was incapable of inserting the key into the lock.* (não há eventos, apenas eventos lingüísticos)

¹¹ Para Halliday & Hasan (1980, p. 13), são as relações de coesão – entendidas como relações de interdependência entre orações – que formam a unidade textual. Essas relações assumem um papel fundamental na formação do texto, elevadas à condição de quase suficiência.

¹² Segundo Halliday & Hasan, essas relações podem ser internas ou externas.

e envolvem todos os constituintes do enunciado, e, na maioria das vezes, cada constituinte lingüístico-discursivo exerce uma função ligada a cada um dos componentes funcionais.

Para Schiffrin (1987), que também assume uma concepção funcional da linguagem, assinala que o discurso deve ser entendido a partir da interação entre sintaxe, semântica e pragmática. Dentre as concepções teóricas que adota em seu modelo, uma para a qual Schiffrin chama a atenção é a importância do contexto como base da língua. Conforme a autora, a língua sempre ocorre em algum tipo de contexto, incluindo contextos cognitivos (SWEETSER, 1991; HENGEVELD; MACKENZIE, 2006), nos quais estão inclusos a experiência e os conhecimentos anteriores. Para a autora, a língua ainda envolve contextos culturais, que consistem em significados compartilhados e visões de mundo; e contextos sociais, dos quais os falantes extraem ordens institucionais e interacionais para construir definições de situação e ação. Essa concepção, diz Penhavel (2005), é comparável ao modo como a GF de Dik explica o princípio de adequação pragmática com o modelo de interação verbal.

A partir desses pressupostos, que embasam seu modelo, Schiffrin (1987) identifica três propriedades do discurso (ou seja, para Schiffrin, o discurso forma estruturas, transmite significados e realiza ações) e advoga a favor da integração dessas propriedades na constituição do discurso, tal como procura mostrar em seu modelo de discurso.

A diferença, talvez, entre o modelo de Schiffrin (1987)¹³ e a

¹³ Schiffrin analisa vários marcadores que atuam na coerência do discurso:

1) Marcador de mudança de orientação: **oh**

(*Does he like opera? Oh maybe he's too young*)

2) Marcadores de resposta: **well**

(*Are you from Dallas? Well, I'm from one of the suburbs*)

3) Marcadores conectivos: **and, but, or**

(*I liked the salad, but the soup was too salty*)

4) Marcadores causais: **so, because**

(*I was late for my meeting because I over slept*)

5) Marcadores temporais: **now, then**

(*We got along well back then, but things are different now. / I went to the store, then I went to the post office, now I can go home*)

6) Marcadores relacionados à orientação, mudanças no significado ou atenção (Y'know, when you get older, you just don't socialize anymore. / I mean, when I started working here, we had real coffee breaks).

proposta de DC de Martelotta et al. (1996) consiste basicamente no modo como o discurso é considerado no interior dessas respectivas propostas de análise. Para Schiffrin, o discurso é o resultado de um conjunto de propriedades gramaticais, semânticas e pragmáticas; já para Martelotta et al. o discurso constitui um módulo à parte, que é separado da gramática da língua. A figura abaixo ilustra como funciona o modelo discursivo de Schiffrin (1987):

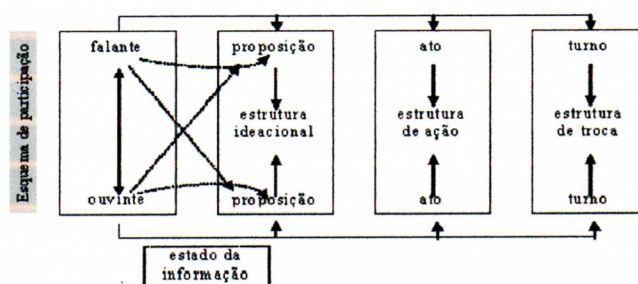


Figura 1 – Modelo de coerência do discurso (SCHIFFRIN, 1987, p. 25)

Em seu modelo de “coerência do discurso”¹⁴ (de integração),

¹⁴ Com relação ao *esquema de participação* do modelo de Schiffrin (1987), o que se pode dizer é que esse esquema envolve as relações entre falante e ouvinte. Apesar de os termos “falante” e “ouvinte” ocultarem uma série de distinções (diferentes “formatos de produção” e “formatos de recepção” (GOFFMAN, 1981, apud SCHIFFRIN, 1987), eles representam, em geral, as diferentes maneiras como falante e ouvinte podem relacionar-se entre si. Em geral, o esquema de participação capta tanto as relações falante/ouvinte quanto as relações falante/enunciado. Por isso, os esquemas de participação e as estruturas de ação e de troca são pragmáticos, pois envolvem relações dos falantes com os outros falantes e com a mensagem. No *estado da informação*, por sua vez, falante e ouvinte também desempenham um papel central, porém, não com relação às suas capacidades interacionais sociais, mas com relação às suas capacidades cognitivas (idéia que muito se aproxima do componente *cognitivo* ou *conceitual* de Sweetser e Hengeveld & Mackenzie). O componente cognitivo aqui se deve ao fato de o estado da informação envolver a organização e a administração de conhecimento e meta-conhecimento (envolve o conhecimento do falante e do ouvinte).

visto na figura 1, Schiffrin (1987) distingue em geral dois tipos de estruturas não-lingüísticas. Uma delas é a estrutura de troca e a outra é a estrutura de ação. As unidades discursivas em uma **estrutura de troca** são as unidades, seqüencialmente definidas, que, na sua concepção, são chamadas de “turnos”. Já as estruturas de troca são resultados das decisões dos falantes, que alternam papéis seqüenciais e definem essas alternâncias uma em relação à outra.

A **estrutura de ação**, para Schiffrin, é usada para indicar que atos de fala são situados não apenas em termos de identidade dos falantes e grupos sociais, mas também para indicar que a ação precede o discurso atual. Nesse tipo de estrutura,¹⁵ as ações ocorrem em seqüências lineares restritas (não ordenadas ocasionalmente), o que significa dizer que existe um padrão de realização para suas ocorrências, e, por isso, elas são interpretadas na situação em que aparecem.

Um fator que distingue a estrutura ideacional das estruturas de troca e ação é que, na estrutura ideacional, as unidades são semânticas (mais ou menos equivalentes ao Nível Representacional da GDF), ou seja, proposições ou idéias. Além disso, há três tipos de relações (relações coesivas, relações de tópico e relações funcionais) que contribuem para a configuração global da estrutura de idéias. Resumindo, nessa estrutura, as relações coesivas, topicais e funcionais existem porque: i) uma oração pressupõe a informação da oração anterior por causa das relações semânticas subjacentes (HALLIDAY; HASAN, 1976), ii) a idéia é organizada por meio de tópicos e subtópicos, e iii) envolvem os papéis que as idéias desempenham uma em relação à outra.

Por fim, o que importa dizer no tocante ao modelo de Schiffrin (1987), que defende a integração das propriedades básicas da linguagem, é que ele muito se aproxima do modelo de Gramática Discursivo-Funcional desenvolvido por Hengeveld & Mackenzie (2006; 2008), que também corroboram a proposta de interligação dos componentes conceitual, gramatical e contextual, na qual a relação entre falante e enunciado seja também levada em consideração.

Entretanto, a GDF está muito mais preocupada com as questões discursivas que são gramaticalmente codificadas na língua,

¹⁵ Em Schiffrin (1987), o termo estrutura é utilizado simplesmente para direcionar a atenção no tocante a ordens de ocorrências e a procedimentos de decisão dos quais essas ordens se originam.

como já foi destacado, ao passo que o modelo discursivo de Schiffrin, embora também se pautar na gramática da língua para a análise dos fenômenos lingüísticos, busca ainda capturar várias outras relações discursivas, que, na concepção da GDF,¹⁶ ultrapassam os limites de um modelo gramatical, aproximando-se, assim, muito mais a um modelo de Análise do Discurso, tal como avalia Hengeveld (em comunicação pessoal).

4 O discurso na Gramática (Discursivo) Funcional

Em linhas gerais, o modelo de GF de Simon Dik propõe a integração de uma teoria geral da organização gramatical de línguas naturais e uma teoria geral de interação social, com especial atenção à instrumentalidade da linguagem. A GF usa o método empírico-indutivo e parte, previamente, da observação das funções que a língua em uso desempenha por meio das expressões lingüísticas selecionadas pelos falantes. Assim sendo, a GF entende a linguagem como consequência da interação social e, a partir daí, busca explicar as propriedades inatas em termos de restrições comunicativas, contextuais, biológicas ou psicológicas (cf. DIK, 1989, cap. 1).

As expressões lingüísticas, na GF, são analisadas com base nas informações contextual e informacional, isto é, com base em seu contexto de uso. No entanto, como sua unidade de análise se limita à oração, muitos dos fenômenos lingüísticos que se denominam *extra* e *intra-oracionais* (Tema e Antitema, Tópico e Foco, respectivamente) não são devidamente explicados, sobretudo porque as relações que se estabelecem entre duas ou mais orações não são levadas em consideração no referido modelo padrão da GF. Entretanto, como já destacado inicialmente, se um fenômeno lingüístico é relevante e, de algum modo, é codificado na gramática de uma dada língua, esse modelo teórico tem que ser capaz de descrever essa língua e o fenômeno em questão. Por conta desses e outros aspectos é que muitos

¹⁶ Outro avanço importante na GDF é o reconhecimento de um componente contextual e um componente cognitivo, que contêm elementos essenciais do contexto, podendo interagir com os demais módulos do modelo (ver Hengeveld; Mackenzie, 2006). O componente gramatical é conectado ao componente conceitual, ao contextual e aos componentes de expressão.

dos estudos subseqüentes à teoria de Dik passaram, então, a se preocupar com essas questões teóricas, em especial com a necessidade de expansão da GF para o discurso.

Diferentemente da GDF, em que a unidade básica de análise é o “ato discursivo”, na GF de Simon Dik a unidade maior de análise é representada pela oração. Essa mudança englobou vários fenômenos lingüísticos que outrora não eram contemplados pela GF, justamente pelo escopo ser a oração.

Além de Simon Dik, as deficiências da GF também já tinham sido observadas por outros especialistas, entre eles Rijkhoff (1995), Hengeveld (1997), Kroon (1997) e Bolkestein (1998). Para os autores, o fato de a GF apresentar em sua base teórica uma preocupação com a adequação pragmática e a adequação psicológica faz com que esse modelo gramatical tenha condições de explicar também o funcionamento do discurso, numa orientação *top-down* (partindo das intenções comunicativas). Em outras palavras, um modelo como este deve ilustrar “como sentenças podem ser combinadas em seqüências coerentes de fala, de conversação, ou de texto escrito” (DIK, 1997, p. 410). Conforme afirma Kroon (1997), a necessidade de um modelo de gramática funcional orientado para o discurso emerge da existência de um considerável número de fenômenos lingüísticos, como, por exemplo, os marcadores discursivos, que não podem ser adequadamente analisados em um modelo que se limite à sentença gramatical.

Em seu estudo sobre Tópico e Foco, Bolkestein (1998) chama a atenção dos lingüistas para algumas questões teóricas que, para ela, ainda requerem uma maior explicitação, principalmente para as questões que dizem respeito à atribuição de função pragmática na GF (DIK, 1989; 1997) e ao nível interpessoal¹⁷ da estrutura subjacente do enunciado (DIK, 1997; HENGEVELD, 1990). Em outros termos, nesse trabalho, Bolkestein objetiva mostrar que as funções pragmáticas Tópico e Foco, tais como apresentadas no modelo de Dik (1989), não são claramente distinguidas uma da outra, além, de concordar com a necessidade de expansão do modelo de interação verbal de Dik – lugar onde se situa boa parte das discussões em torno das funções Tópico e Foco – para um modelo de gramática mais abrangente, que

¹⁷ Correspondem às camadas da *proposição* e da *oração* da GF de Dik (1997).

tenha condições de captar relações que se estabelecem entre duas ou mais orações.

Em seu capítulo 18, Dik (1997) assinala que um discurso é um fenômeno dinâmico que se desenvolve no tempo, permitindo a atualização continuada da informação pragmática do falante e do ouvinte. Tanto o falante quanto o ouvinte recuperam certas partes de seu conhecimento prévio na produção e interpretação do novo discurso e elaboram um modelo mental, que é transmitido no próprio discurso.

Segundo Dik (1997), no processo de construção de um discurso, o falante toma muitas decisões que não afetam apenas a oração seguinte isolada, mas séries inteiras de orações. Tais decisões podem tomar por escopo o discurso inteiro ou parte dele. Um exemplo de decisões discursivas que afetam o discurso como um todo ou parte dele são os cenários, que permanecem válidos até que novas informações o alterem. Os cenários fazem parte de uma decisão discursiva global, sendo relevantes para o discurso como um todo (ou subpartes), e não necessariamente para a ordenação de uma única oração.

A principal mudança entre as duas versões é, conforme Hengeveld & Mackenzie (2006), motivada pelo postulado de que a eficiência de um modelo de gramática é tanto maior quanto mais se aproximar do processamento cognitivo.¹⁸ Isso porque, segundo os autores, estudos psicolinguísticos demonstram claramente que a produção linguística é um processo descendente, que se inicia com as intenções comunicativas do falante e termina com a articulação/realização da expressão linguística real (componente de expressão). No entanto, isso não quer dizer que a GDF seja um modelo do falante; é, na realidade, uma teoria de gramática que tenta usar evidência psicolinguística em sua arquitetura básica.

O componente contextual da GDF contém, segundo Hengeveld & Mackenzie, uma descrição do domínio do discurso tal como construído durante o discurso corrente (isso, quando o domínio discursivo for relevante para o encapsulamento dos enunciados). Ele não contém apenas uma descrição do conteúdo e da forma do discurso precedente, mas também do contexto real perceptível em que ocorre

¹⁸ Na GDF, parte-se da intenção do falante, caminhando em direção aos níveis mais baixos. Já a GF inicia-se com a seleção de itens lexicais para, em seguida, expandir gradualmente a estrutura subjacente da oração.

o evento de fala. É o componente contextual que “gera” enunciados como: *Eu visitei Pedro na cadeia ontem. Ele tinha acabado de ser preso.*

Em resumo, com base no que foi discutido até aqui, podemos definir a GDF como uma teoria que: 1) busca modelar a competência gramatical de usuários de línguas individuais; 2) assume o ato discursivo, e não a oração, como unidade básica de análise; 3) interage sistematicamente com os componentes conceitual, contextual e de produção, não contemplados na GF; 4) apresenta uma organização hierárquica descendente (*top-down*); 5) inclui tanto as representações morfosintáticas quanto as representações fonológicas na sua estrutura subjacente.

Considerações finais

Nesse artigo, procuramos tecer algumas considerações teóricas acerca da noção de discurso empregada em alguns modelos teóricos de base funcionalista, a fim de esclarecer que, diferentemente da Análise do Discurso (que lida com uma noção de discurso mais pautada no aparato ideológico e historicista de língua), a GDF lida com uma noção de discurso que é mais assentada nos componentes gramatical e contextual da língua. Isso significa dizer que, para a GDF, o discurso só é considerado quando passa a exercer alguma influência nas configurações gramaticais de uma dada língua.

Em termos gerais, a GDF, atualmente desenvolvida por Hengeveld & Mackenzie, representa um avanço significativo em relação à GF, pelo fato de considerar tanto unidades de análise maiores quanto unidades menores do que a oração. Exemplos de fenômenos que ultrapassam os limites da oração são os marcadores discursivos e as construções de *tail-head* (tipo de construção no qual o final de uma oração constitui o início da oração seguinte). As *holófrases*, analisadas por Mackenzie (1998), e as *interjeições*, analisadas por Hengeveld (2005), são exemplos de unidades menores que a oração.

Enfim, o que apresentamos nesse artigo é uma contribuição, ainda que modesta, sobre o modo como podemos entender o funcionamento do discurso no modelo da G(D)F.

Referências bibliográficas

BOLKESTEIN, A. M. What to do with Topic and Focus? Evaluating pragmatic information. In: HANNAY, M.; BOLKESTEIN, A. M. (Eds.). *Functional Grammar and verbal interaction*. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p. 193-214.

CASTILHO, A. *A língua falada no ensino do português*. São Paulo: Contexto, 1998.

DIK, S. *The theory of functional grammar*. Part II: Complex and derived constructions. New York: Mouton de Gruyter, 1997.

_____. *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.

FAUCONIER, G. *Mental spaces*. New York: Cambridge Univ. Press, 1994.

FRASER, B. What are discourse markers? *Journal of Pragmatics*, v. 31, p. 931-952, 1999.

GASPARINI-BASTOS, S. D. Os constituintes extrafrasais com valor epistêmico: análise de entrevistas jornalísticas no espanhol e no português. 2004. 161p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins, 1995.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

_____. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, J. (Org.) *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

_____.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HENGEVELD, K. Dynamic expression in Functional Discourse Grammar. In: GROOT, C., HENGEVELD, K. (Eds). *Morphosyntactic*

expression in Functional Grammar (FGS 27). Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 53-86.

_____. The hierarchical structure of utterances. In: NUYTS, J.; BOLKSTEIN, A. M.; VET, C. (Eds.). *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990. p. 1-24.

_____.; MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar*. New York: Oxford University Press, 2008.

_____.; _____. Functional Discourse Grammar. In: BROWN, Keith (Ed.). *Encyclopedia of Language and Linguistics*. v. 4. Oxford: Elsevier, 2006. p. 668-676.

ILARI, R. et al. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. UNICAMP/FAPESP, 1990. p. 63-141.

KOCH, I. V. *Introdução à lingüística textual*. SP: M. Fontes, 2004.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. SP: Contexto, 1998.

_____. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.

_____.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A*, v. 14, n. especial, p. 169-190, 1998.

KROON, C. Discourse markers, discourse structure and Functional Grammar. In: CONNOLLY, J. et al. (Eds.) *Discourse and pragmatics in Functional Grammar*. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 1997. p. 17-32.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Gramaticalização, (inter)subjetivização e modalidade epistêmica: o caso de 'assim'. *Estudos lingüísticos*, v. 35, p. 1772-1779, 2006.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp/Pontes, 1988.

- MARCUSCHI, L. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.
- MARTELOTTA, M. E. et al. *Gramaticalização no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996.
- PENHAVEL, E. *Multifuncionalidade e níveis de análise: o papel do conectivo e na organização do discurso*. 2005. 132p. Dissertação (Mestrado em Análise Lingüística) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- RIJKHOFF, J. Bystanders and social deixis: some programmatic remarks on the grammar/pragmatics interface. *Working Papers in Functional Grammar*, n. 58, 1995.
- ROUCHOTA, V. Discourse markers: what do they link. *UCL Working Papers in Linguistics*, n. 8, p. 199-214, 1996.
- SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- SOUZA, E. R. F. Multifuncionalidade e níveis de análise: o papel dos advérbios de tempo, lugar e modo na organização do discurso. *Relatório Científico*. São Paulo: Fapesp, 2007.
- SWEETSER, E. *From Etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- TABOADA, M. Discourse Markers as Signals (or not) of Rhetorical Relations. *Journal of Pragmatics*, n. 38, p. 567-92, 2006.
- TRAUGOTT, E. On the rise of epistemic meanings in English. *Language*, v. 65, n. 1, 1989.
- _____.; KÖNIG, The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited. In: _____, HEINE, B. (Orgs.) *Approaches to grammaticalization*. Benjamins, v.1, 1991.
- URBANO, H. Marcadores conversacionais: o caso do *né?*. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DE SÃO PAULO – GEL, 23., São Paulo, 1994. *Anais do GEL*. São Paulo, 1994. p. 1430-1437